

ATA NÚMERO CENTO E SEIS

Aos dois do mês de dezembro de 2021, pelas quatorze horas, reuniu a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território na Sala Cinco do Palácio de São Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das Atas n.º **104 e 105**

2. **Iniciativas legislativas:**

Redação Final

Decreto relativo às:

[AP 48XIV/1 \(BE\)](#) - Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio, que “Procede à regulamentação da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, no que respeita aos depósitos minerais”, [AP 49/XIV/1 \(PCP, PEV\)](#) - Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio que procede à regulamentação da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, no que respeita aos depósitos minerais, [AP 50/XIV/1 \(PSD\)](#) - Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio, que “Procede à regulamentação da lei n.º 54/2015, de 22 de junho, no que respeita aos depósitos minerais”

3. **Projetos de Resolução**

Redação Final

Texto da Resolução relativa aos:

- [PJR 754/XIV/2 \(NinscJKM\)](#) - Classificação da Serra de Carnaxide como Paisagem Protegida; [PJR 772/XIV/2 \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo a classificação da Serra de Carnaxide como «Paisagem Protegida»; [PJR 782/XIV/2 \(PEV\)](#) - Visa a classificação da serra de Carnaxide como paisagem protegida; [PJR 802/XIV/2 \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que classifique a Serra de Carnaxide como Paisagem Protegida; [PJR 1169/XIV/2 \(PS\)](#) - Recomenda ao governo que promova a salvaguarda e valorização da Serra de Carnaxide; [PJR 1196/XIV/2 \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que proteja a Serra de Carnaxide e [PJR 1246/XIV/2 \(PCP\)](#) - Pela Preservação da Serra de Carnaxide e do seu usufruto pelas populações
- [PJR 1201/XIV/2 \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo português que proceda à realização de estudos epidemiológicos e ambientais para averiguar o impacto da produção da Alves Ribeiro de Loures.

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 3ª Sessão legislativa

- [PJR 1299/XIV/2 \(BE\)](#) - *Pela preservação do património natural, histórico e cultural do bairro da Petrogal em Loures e [PJR 1369/XIV/2 \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo português que preserve o património natural do Bairro da Petrogal*
- [PJR 790/XIV/2 \(PSD\)](#) - *Recomenda ao Governo a construção de uma Estação de Tratamento e Valorização e de Efluentes Suinícolas para Despoluição da bacia Hidrográfica do Rio Lis, [PJR 1020/XIV/2 \(PS\)](#) - Apresentação urgente de uma solução tendente a tratar e valorizar efluentes suinícolas que contribuam para a despoluição da bacia hidrográfica do rio Lis, [PJR 1034/XIV/2 \(PEV\)](#) - Pela Defesa e Proteção do Rio Lis, [PJR 1057/XIV/2 \(CDS/PP\)](#) - Recomenda ao Governo que tome todas as medidas urgentes e necessárias para resolver, no imediato, os atentados ambientais na bacia do rio Lis, [PJR 1071/XIV/2 \(BE\)](#) - Por um programa de ação para a despoluição e requalificação da Bacia Hidrográfica do Rio Lis*
- [PJR 1428/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Elaboração do Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, [PJR 1512/XIV/3 \(PS\)](#) - Pela defesa e valorização da área protegida da Serra de Montejunto*
- [PJR 1461/XIV/3 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo que no quadro da diplomacia do Clima, promova as necessárias diligências para que a Organização das Nações Unidas reconheça o Clima Estável como Património Comum da Humanidade, [PJR 1477/XIV/3 \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que reconheça o clima estável como Património Comum da Humanidade, [PJR 1482/XIV/3 \(BE\)](#) - Pelo reconhecimento do Clima Estável como Património Comum da Humanidade, [PJR 1498/XIV/3 \(PSD\)](#) - Reconhecer o Clima Estável como Património Comum da Humanidade*
- [PJR 1513/XIV/3 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo que assegure o apoio ao tecido social e empresarial afetado pelo encerramento da refinaria da Galp em Matosinhos e salvede a sustentabilidade ambiental do território*
- [PJR 1422/XIV/2 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo o combate às emissões de poluentes durante a paragem automóvel, promovendo a redução de emissões e a melhoria da qualidade do ar*

4. Outros Assuntos

- Presenças:

José Maria Cardoso (BE); Luís Graça (PS); Paulo Leitão (PSD); Alexandre Quintanilha (PS); Hugo Pires (PS); Joana Lima (PS); Joana Bento (PS); Filipe Pacheco (PS); Nuno Fazenda (PS); Raquel Ferreira (PS); Hugo Martins Carvalho (PSD); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); Alma Rivera (PCP); Pedro Morais Soares (CDS/PP); Inês de Sousa Real (PAN); Mariana Silva (PEV); Joacine Katar Moreira (Ninsc)



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 3ª Sessão legislativa

- Suplentes:

Ana Isabel Santos (PS); Edite Estrela (PS); Hugo Carvalho (PS); João Miguel Nicolau (PS); Maria da Luz Rosinha (PS); Pedro do Carmo (PS); António Lima e Costa (PSD); Joana Barata Lopes (PSD); João Gomes Marques (PSD);

- Faltas:

André Pinotes Batista (PS); Luís Leite Ramos (PSD); Nuno Miguel Carvalho (PSD);

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na AR@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento, http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL3/COM/11_CAEOT/CAEOT_20211202_VC.mp3, pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Senhor Presidente da Comissão abriu os trabalhos, saudando os presentes na sala e em videoconferência.

Foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Edite Estrela** (PS) para uma comunicação relativa à criação de uma rede do **Conselho da Europa sobre Crise Climática e Estado de Direito** (semelhante ao modelo da rede de parlamentares criada contra a violência de género, mas mais alargada) composta por 1 representante de cada Parlamento dos 47 Estados membros e dos Países Observadores, e outros. Esta rede realizará a primeira reunião em Janeiro de 2022 e cada Parlamento terá de designar o seu representante. Intervieram os Senhores **Deputados Nuno Fazenda** (PS), **Hugo Carvalho** (PSD), **Pedro Morais Soares** (CDS/PP) e **Nelson Peralta** (BE) saudando a iniciativa da Senhora **Deputada Edite Estrela** (PS), que teve o impulso de propor a criação desta rede no relatório que elaborou. Sugeriu que o Parlamento português marcasse posição indicando desde já um membro, sem prejuízo deste poder vir a ser substituído na próxima legislatura, agradecendo a sensibilização dos respetivos Líderes parlamentares para este aspeto.

Submetidas a apreciação e votação, as Atas n.º 104 e 105 foram **aprovadas por unanimidade**.

No ponto dois, foi apreciada a redação final do decreto relativo às [AP 48XIV/1 \(BE\)](#) - Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio, que “Procede à regulamentação da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, no que respeita aos depósitos minerais”, [AP 49/XIV/1 \(PCP, PEV\)](#) - Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio que procede à regulamentação da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, no que respeita aos depósitos minerais, [AP 50/XIV/1 \(PSD\)](#) - Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio, que “Procede à regulamentação da lei n.º 54/2015, de 22 de junho, no que respeita aos depósitos minerais”. O Grupo Parlamentar do PSD informou que pretende manter a redação ao n.º 1 do art.º 17.º, nos seguintes termos: “os sítios inscritos na Lista de Património Mundial da **UNESCO** e os **sítios importantes do Património**”

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 3ª Sessão legislativa

Agrícola Mundial da FAO”. A redação final, com a alteração proposta pelo GP PSD, foi **aprovada por unanimidade**.

A redação final do texto da Resolução relativa aos [PJR 754/XIV/2 \(NinscJKM\)](#) - *Classificação da Serra de Carnaxide como Paisagem Protegida*; [PJR 772/XIV/2 \(BE\)](#) - *Recomenda ao Governo a classificação da Serra de Carnaxide como «Paisagem Protegida»*; [PJR 782/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Visa a classificação da serra de Carnaxide como paisagem protegida*; [PJR 802/XIV/2 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo que classifique a Serra de Carnaxide como Paisagem Protegida*; [PJR 1169/XIV/2 \(PS\)](#) - *Recomenda ao governo que promova a salvaguarda e valorização da Serra de Carnaxide*; [PJR 1196/XIV/2 \(PSD\)](#) - *Recomenda ao Governo que proteja a Serra de Carnaxide* e [PJR 1246/XIV/2 \(PCP\)](#) - *Pela Preservação da Serra de Carnaxide e do seu usufruto pelas populações* foi **aprovada por unanimidade**.

A redação final do texto do [PJR 1201/XIV/2 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo português que proceda à realização de estudos epidemiológicos e ambientais para averiguar o impacto da produção da Alves Ribeiro de Loures* foi **aprovada por unanimidade**.

A redação final do texto do [PJR 1299/XIV/2 \(BE\)](#) - *Pela preservação do património natural, histórico e cultural do bairro da Petrogal em Loures* e [PJR 1369/XIV/2 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo português que preserve o património natural do Bairro da Petrogal* foi **aprovada por unanimidade**.

A redação final do texto dos [PJR 790/XIV/2 \(PSD\)](#) - *Recomenda ao Governo a construção de uma Estação de Tratamento e Valorização e de Efluentes Suinícolas para Despoluição da bacia Hidrográfica do Rio Lis*, [PJR 1020/XIV/2 \(PS\)](#) - *Apresentação urgente de uma solução tendente a tratar e valorizar efluentes suinícolas que contribuam para a despoluição da bacia hidrográfica do rio Lis*, [PJR 1034/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Pela Defesa e Proteção do Rio Lis*, [PJR 1057/XIV/2 \(CDS/PP\)](#) - *Recomenda ao Governo que tome todas as medidas urgentes e necessárias para resolver, no imediato, os atentados ambientais na bacia do rio Lis*, [PJR 1071/XIV/2 \(BE\)](#) - *Por um programa de ação para a despoluição e requalificação da Bacia Hidrográfica do Rio Lis* foi **aprovada por unanimidade**.

A redação final do texto do [PJR 1428/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Elaboração do Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto*, [PJR 1512/XIV/3 \(PS\)](#) - *Pela defesa e valorização da área protegida da Serra de Montejunto* foi **aprovada por unanimidade**

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 3ª Sessão legislativa

A redação final do texto dos [PJR 1461/XIV/3 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo que no quadro da diplomacia do Clima, promova as necessárias diligências para que a Organização das Nações Unidas reconheça o Clima Estável como Património Comum da Humanidade*, [PJR 1477/XIV/3 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo que reconheça o clima estável como Património Comum da Humanidade*, [PJR 1482/XIV/3 \(BE\)](#) - *Pelo reconhecimento do Clima Estável como Património Comum da Humanidade*, [PJR 1498/XIV/3 \(PSD\)](#) - *Reconhecer o Clima Estável como Património Comum da Humanidade* foi **aprovada por unanimidade**.

A redação final do texto do [PJR 1513/XIV/3 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo que assegure o apoio ao tecido social e empresarial afetado pelo encerramento da refinaria da Galp em Matosinhos e salvaguarde a sustentabilidade ambiental do território* foi **aprovada por unanimidade**.

A redação final do texto do [PJR 1422/XIV/2 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo o combate às emissões de poluentes durante a paragem automóvel, promovendo a redução de emissões e a melhoria da qualidade do ar* foi **aprovada por unanimidade**.

Na redação final da Lei de Bases do Clima foram acolhidas alterações propostas pelo GPPS e pelos serviços aos artigos abaixo indicados:

Art.º 18.º, n.º 2 – Manter “*Sem prejuízo do disposto número anterior, o Governo estuda, até 2025, a antecipação da meta da neutralidade climática, tendo em vista o compromisso da neutralidade climática o mais tardar até 2045*” (versão original) em vez de “*para, no máximo, 2045*” (redação final);

Art.º 23.º [GPPS]: fusão dos n.º 2 e 3: deve-se manter separado, sob pena de não se perceber o sentido do n.º 3 original;

Art.º 24.º - acrescentar-se no n.º2 “... *adotam a estratégia sectorial de adaptação*” pois nas alíneas foi retirada a palavra “adaptação” para evitar repetição;

Art.º 25.º - manutenção da sigla INERPA, apesar de não voltar a ser referida no texto;

Art.º 27.º - “...*devendo os órgãos com competência legislativa promover a disponibilização de uma avaliação de impacto...*” (versão original) em vez de “*disponibilizar*” (redação final);

Art.º 31.º [GPPS]: acrescimo da DAPLEN, quando o que se pretende é **manter a referência genérica**;

Art.º 34.º - retomar a expressão “*Principio da...*” (versão original)

Art.º 38.º, n.º 4 – “*As sociedades e as entidades do setor empresarial do Estado integram, no âmbito das obrigações informacionais...*” (versão original) em vez de “*no documento em que dão cumprimento às obrigações de informação*” (redação final);

Art.º 47.º [GPPS]: fusão dos n.º 2 e 4, deve-se manter separado;

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 3ª Sessão legislativa

Art.º 56.º, n.º 2, c) – Manter “**Uma estratégia para reduzir** o desperdício alimentar (...)” (versão original) em vez de “**Redução do** desperdício alimentar, **recorrendo a uma estratégia** (...)” (redação final);

Art.º 61.º - Manter “O Estado apoia as associações que **dedicam a sua ação** à defesa do ambiente (versão original) em vez de “que **se dediquem** à defesa do ambiente (...)” (redação final);

Concluíram-se os trabalhos pelas dezasseis horas e quarenta minutos, deles se lavrando a presente ata.

Palácio de São Bento, 2 de dezembro de 2021

O Presidente da Comissão,



(José Maria Cardoso)